

## AS RAÍZES MATERIAIS DO DESEMPREGO E SEUS DESDOBRAMENTOS COM A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

Anaclécia da Rocha Costa<sup>1</sup>

### **RESUMO**

Este texto traz uma discussão acerca do tema desemprego e capitalismo. A partir das análises de textos marxianos e marxistas, observa-se que o desemprego é característico da formação social capitalista e que se expressa no empobrecimento da classe trabalhadora. Na atualidade, o desemprego tornou-se crônico, atingindo de forma brutal e direta todos os trabalhadores, sejam eles ocupados ou desocupados. Buscou-se realizar um percurso histórico e teórico que se iniciou com a acumulação primitiva de capital até os dias atuais com o surgimento da crise estrutural do capital, tendo em vista demonstrar que o fenômeno do desemprego é resultado de um processo desumano de exploração e acumulação capitalista insolúvel nesta sociabilidade.

Palavras-chave: Capitalismo. Crise Estrutural. Desemprego.

#### **ABSTRACT**

This text brings a discussion about the theme of unemployment and capitalism. From the analysis of Marxian and Marxist texts, we observe that unemployment is characteristic of the capitalist social formation and that it is expressed in the impoverishment of the working class. Furthermore, nowadays unemployment has become chronic, brutally and directly affecting all workers, whether employed or unemployed. We seek to carry out a historical and theoretical journey that began with the primitive accumulation of capital until the present day with the emergence of the structural crisis of capital, in order to demonstrate that the phenomenon of unemployment is the result of an inhuman process of exploitation and insoluble capitalist accumulation in this sociability.

**Keywords**: Capitalism. Structural crisis. Unemployment.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Assistente Social, pós-graduada em Gestão da Política de Assistência Social pela Ufal; Membro do Grupo de Pesquisa Reprodução Social - GPSRS da Universidade Federal de Alagoas (Ufal); anaclecia.rc@gmail.com.















## 1 INTRODUÇÃO

O desemprego é uma problemática da atualidade que atinge de forma brutal a classe trabalhadora, porém ele não é um fenômeno atual, pois sua base material está contida na formação social e econômica capitalista. Na atualidade, ele se expressa de uma forma mais exacerbada, considerada por István Mészáros como "desemprego crônico".

Para chegarmos a algumas reflexões recorremos como metodologia à pesquisa bibliográfica, realizando uma análise imanente dos textos selecionados de autores marxianos como Karl Marx e István Mészáros, e também de autores marxistas, a exemplo de Leo Huberman, Marcelo Braz & José Paulo Netto e Geraldo Augusto Pinto. Interpretamos os fundamentos lógicos dos textos estudados ao estabelecer relações entre categorias e conceitos para identificar os componentes implícitos do texto.

A partir desses estudos, constatamos algumas afirmações importantes dos autores mencionados. Em Marx (1996) foi possível verificar que a Lei Geral de Acumulação Capitalista se realiza através do trabalho assalariado explorado, no qual a força de trabalho se torna instrumento de valorização e acumulação de capital. Portanto, com base na análise imanente, foi possível chegar à seguinte constatação: o desemprego é produto da formação social capitalista.

Em Mészáros (2009) observamos que o capitalismo, a partir de meados da década de 1970, desembocou numa crise estrutural sem precedentes, ocorrendo com isso a ativação dos limites intrínsecos do sistema. Como resultado desse processo, emergiu o "desemprego crônico", que não é um problema do individuo, por falta de qualificação profissional, mas de uma perversa estrutura social e econômica. Portanto, o desemprego é um problema sistêmico que, em razão da incontrolabilidade do capital, tem alcançado níveis preocupantes.

Também observamos que o desemprego não atinge somente os que foram expulsos dos seus postos de trabalho, mas atinge igualmente os trabalhadores ocupados, isto porque este fenômeno é um instrumento para enxugar os salários e













intensificar a exploração da força de trabalho, já que se dispõe de um exército industrial de reserva pronto para substituir qualquer trabalhador que se negue a ser explorado.

Nosso objetivo é desvendar a raiz material do desemprego que se encontra na sociabilidade capitalista. Com a ativação dos limites absolutos do capital, o desemprego tem se expressado no pauperismo da classe trabalhadora e na precarização do trabalho.

# 2 GÊNESE HISTÓRICA DA FORMAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO SUPÉRFLUA NO CAPITALISMO

O capitalismo é um sistema fundado na economia de troca, que dispõe de um único objetivo: alcançar progressivamente o *lucro individual*. A origem do capitalismo, na sua forma clássica, na Inglaterra, se realizou com a revolução agrícola no campo.

O sistema feudal, que antecedeu ao capitalismo, baseava-se na economia de consumo. O feudalismo tinha como riqueza fundamental a terra que pertencia ao senhor feudal; a organização social era estabelecida em torno dos que possuíam o a terra e daqueles que não a possuíam, porém pertenciam a ela, como era o caso dos servos da gleba.

A terra feudal era dividida em duas partes, "uma pertencente ao senhor e cultivada apenas para ele, enquanto a outra era dividida entre muitos arrendatários" (HUBERMAN, 1986, p. 6). Os arrendatários, conhecidos por servos da gleba, tinham um dever social: plantar na terra do seu senhor, como forma de pagamento pela terra e pela segurança que o senhor feudal lhes concedia. Assim, o servo, "dois ou três dias por semana, tinha de trabalhar a terra do senhor, sem pagamento [...]. A terra do senhor tinha de ser arada primeiro, semeada primeiro e ceifada primeiro" (HUBERMAN, 1986, p. 6).













Uma característica importante do servo era que a terra não lhe pertencia, no entanto, ele pertencia à terra.

Seu senhor poderia transferir a posse do feudo a outro, mas isso significaria apenas que o servo teria um novo senhor; ele próprio, porém, permanecia em seu pedaço de terra. Esta era uma diferença fundamental, pois concedia ao servo uma espécie de segurança que o escravo nunca teve. (HUBERMAN, 1986, p. 7).

Essa relação de dever que constituía a relação feudal foi transformada com o capitalismo. Constatamos, a partir de Marx (1996), *na Assim Chamada Acumulação Primitiva*, que a "infância da produção capitalista" se estabeleceu por meio do "processo de separação do trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados" (MARX, 1996, p. 340). Conforme afirma o autor, o sistema do capital se funda na separação do trabalhador dos meios de produção e na mercantilização da força humana. Esse processo se realizou a partir de uma grande revolução agrícola.

A partir do século XV, houve na Inglaterra três fenômenos no campo que constituíram a revolução agrícola, a qual foi provocada pelo desenvolvimento do comércio, a saber: a substituição da terra para lavoura pela criação de ovelhas, a liberação dos camponeses e o cercamento das terras comunais.

A substituição da produção agrícola pela criação de ovelhas representou a substituição da propriedade comunal pela propriedade privada. Os servos da gleba, que pelos costumes do feudo pertenciam à terra e aos meios de produção, foram expulsos dessas terras. Com isso, houve a abolição da divisão das terras em faixas e ocorreu a formação de grande propriedade privada para a criação de ovelhas. Este processo de expulsão dos camponeses termina com o chamado *Clearing of Estates*<sup>2</sup>.

Após o cercamento das terras comunais, os camponeses foram expulsos da propriedade do senhor fundiário. A transformação da terra de lavoura em pastagem

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> "Clarear propriedades, de fato, limpá-las de seres humanos." (Marx, 1996, p. 352).



PROMOÇÃO













exigiu menos camponeses na propriedade do senhor feudal. Houve assim a liberação dos camponeses e seus familiares, transformados em trabalhadores livres<sup>3</sup>. Dessa forma, os servos da gleba foram obrigados a se inserir no jogo da proletarização.

De acordo com Marx (1996):

Os expulsos pela dissolução dos séquitos feudais e pela intermitente e violenta expropriação da base fundiária, esse proletariado livre como os pássaros não podia ser absorvido pela manufatura nascente com a mesma velocidade com que foi posto no mundo. (MARX, 1996, p. 356).

Portanto, a força de trabalho supérflua foi formada a partir da constituição do capitalismo, que apresentou como determinante a separação do trabalhador dos meios de produção.

Adiante observaremos que a lei de acumulação capitalista tende a fazer crescer a força de trabalho supérflua na ordem capitalista, com o objetivo de valorizar o capital.

# 3 O CRESCIMENTO DA SUPERPOPULAÇÃO SUPÉRFLUA E O AUMENTO DA PRODUTIVIDADE DO TRABALHO: O REFLEXO DA LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

Ao longo da história, é detectável que a massa de trabalhadores excedentes tem sua origem e função no modo de produção capitalista. De acordo com Marx (1996), "o trabalhador existe para as necessidades de valorização de valores existentes, ao invés de a riqueza objetiva existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador" (MARX, 1996, p. 253).

A base econômica da sociabilidade do capital é produzir e expropriar a maisvalia através da relação de exploração do trabalho pelo capital. Segundo Marx

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Entende-se "trabalhadores livres no duplo sentido, porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos, os servos etc., nem os meios de produção lhes pertencem, como, por exemplo, o camponês economicamente autônomo, estando, pelo contrário, livres, soltos e desprovidos deles". (Marx, 1996, p. 340).















(1996), a mais-valia é "o segredo da autovalorização do capital [...] a disposição sobre determinado *quantum* de trabalho alheio não pago" (MARX, 1996, p. 162).

O modo de produção capitalista é composto por capital constante e capital variável. O capital constante é o valor inserido em instrumentos de trabalho para potencializar a produção de bens, como, por exemplo, a máquina e a matéria-prima. O capital variável é o valor investido na mercadoria força de trabalho para implementar o processo de produção capitalista. A diferença fundamental entre os dois investimentos na produção é que este é uma mercadoria que produz um valor excedente, da qual o capitalista extrai sua fonte de riqueza.

O valor pago ao trabalhador pelo seu trabalho não corresponde ao tempo de trabalho socialmente necessário para a produção dos bens por ele produzidos. todavia, o valor da força de trabalho humana equivale ao tempo de trabalho socialmente necessário para a produção dos bens de subsistência do homem trabalhador. Sendo assim, o trabalhador produz mais do que ele próprio se apropria.

É nessa relação de exploração que a mais-valia capitalista é produzida, constituindo a base do modo de produção capitalista. Como Marx (1996) já havia observado: "A Lei da produção capitalista [...] não é nada mais que a relação entre o trabalho não pago, transformado em capital, e o trabalho adicional necessário à movimentação do capital adicional" (MARX, 1996, p. 252).

No processo produtivo, de modo algum o capital constante é irrelevante para o modo de produção capitalista, porquanto ele aumenta a massa de mais-valia produzida por tempo de trabalho executado pelo trabalhador, ou seja, o avanço tecnológico no processo produtivo controla o tempo de trabalho e faz do trabalhador uma expansão da máquina, o que resulta no aumento da produtividade.

Segundo Marx (1996), o aumento da produtividade do trabalho se expressa no "volume crescente dos meios de produção em comparação com a força de trabalho neles incorporada" (MARX, 1996, p. 254). De acordo com o autor, a produtividade estabelece condições objetivas para extrair mais trabalho excedente por meio da maquinaria e da nova divisão do trabalho, ao possibilitar que mais













matéria-prima seja transformada num mesmo tempo de trabalho e com menor quantidade de braços dos trabalhadores.

Marx (1996) acrescenta: "a maquinaria não atua, no entanto, apenas como a concorrente mais poderosa, sempre pronta para tornar trabalhador assalariado 'supérfluo', [como também] se torna a arma mais poderosa para reprimir as periódicas revoltas operárias" (MARX, 1996, p. 66). Por conseguinte, tanto o trabalho explorado quanto o trabalhador supérfluo, na lógica do capital, resultam na acumulação ampliada de mais-valia, que é denominada por Marx (1996) de "cooperação em larga escala" (MARX, 1996, p. 255).

A partir da cooperação em larga escala, dois fenômenos atingem diretamente a classe trabalhadora: primeiro, verifica-se que o capital sob a mesma quantidade de capital variável põe mais trabalho em ação "mediante exploração extensiva ou intensiva das forças de trabalho individuais" (MARX, 1996, p. 266); segundo, "o sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, enquanto, inversamente, a maior pressão que a última exerce sobre a primeira obriga-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital" (MARX, 1996, p. 266).

Logo, o desenvolvimento econômico no capitalismo é produto da diminuição de capital variável no processo produtivo, porém em proveito da exploração e do lucro capitalista. A Lei Geral da Acumulação Capitalista acha-se exposta na seguinte passagem de Marx (1996): "A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza" (MARX, 1996, p. 274). Isto porque "não é o trabalhador que usa as condições de trabalho, mas, pelo contrário, são as condições de trabalho que usam o trabalhador: só, porém, com a maquinaria é que essa inversão ganha realidade tecnicamente palpável" (MARX, 1996, p. 56).

Portanto, a superpopulação trabalhadora é reflexo da Lei Geral de Acumulação Capitalista, que apresenta como principal método de acumulação a submissão da força de trabalho ao capital. Esta submissão se intensifica com a













chegada crescente da maquinaria no processo produtivo e resulta no pauperismo da classe trabalhadora. Em momento de crise econômica, aumenta o número de trabalhadores desempregados e o exército industrial de reserva torna-se um mecanismo de mais exploração e mais acumulação capitalista.

Veremos a seguir que no capitalismo contemporâneo, sob a crise estrutural do capital, a raiz material do desemprego permanece a mesma, mas surge um desemprego em escala ampliada e destrutiva, denominado por Mészáros (2009) de "desemprego crônico".

# 4 A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL, O PROCESSO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E O DESEMPREGO ESTRUTURAL

A crise econômica capitalista integrou o processo de acumulação de capital desde que o capitalismo se consolidou com o aumento da produtividade do trabalho. Segundo Netto & Braz (2009): "Entre uma crise e outra, decorre o **ciclo econômico**, e nele podem distinguir-se, esquematicamente, quatro fases: a crise, a depressão, a retomada e o auge" (NETTO & BRAZ, 2009, p. 159, grifo dos autores).

Dois fatores chamam a atenção em tal crise cíclica: primeiro, a estrutura capitalista não dispõe de meios para escapar das crises, pela natureza da sua própria política econômica, orientada para expandir e acumular. Segundo, a crise é um fator necessário ao modo de produção capitalista, pois tem como objetivo regular esse modo de produção. Portanto, como Netto e Braz constatam, "as crises são funcionais ao MPC [modo de produção capitalista]" (NETTO & BRAZ, 2009, p. 162).

Diferentemente da crise cíclica, na década de 1970 eclodiu a crise estrutural do capital que, de acordo com Mészáros (2009):

Significa simplesmente que a tripla dimensão interna da autoexpansão do capital exibe perturbações cada vez maiores. Ela não apenas tende a romper o processo normal de crescimento, mas também pressagia uma falha na sua função vital de deslocar as contradições acumuladas do sistema. (MÉSZÁROS, 2009, p. 799).

PROMOÇÃO













REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

A crise estrutural do capital possui uma nova natureza: seu caráter é permanente e universal, sem indícios de retorno para a expansão. Ela é consequência do avanço disfuncional do capital, que ativa as disfunções dos três aspectos fundamentais para o sistema do capital: produção, consumo e circulação. Conforme Mészáros (2000), "a crise estrutural, com seus perigos para a sobrevivência da humanidade, aprofunda de maneira aguda sua incontrolabilidade" (2000, p.11). Esta crise tomou amplitude na década de 1970, explodindo no ano de 1973 com a denominada crise do petróleo.

A partir de então, sobrevieram estratégias conservadoras para o deslocamento dos efeitos da crise, quais sejam: o aprofundamento da globalização, o desencadeamento do Estado neoliberal e da reestruturação produtiva. Não se logrou transferir as contradições capitalistas na atual conjuntura, pois, como explica Mészáros (2009), "sob as condições de crise estrutural do capital, seus constituintes destrutivos avançam com força extrema, ativando o espectro da incontrolabilidade total numa forma que faz prever a autodestruição" (MÉSZÁROS, 2009, p. 100), tanto no âmbito do sistema de produção quanto no âmbito humano social. A crise do sistema do capital ativou seus limites intrínsecos.

Mészáros (2009) aponta para "o novo padrão emergente de desemprego, em que uma tendência socioeconômica adquire o caráter de um indicador do aprofundamento da crise estrutural do capitalismo atual" (MÉSZÁROS, 2009, p. 69). O desemprego estrutural é um desdobramento da crise estrutural do capital. Diante da atual crise, novos métodos de exploração foram adotados para colocar mais trabalho não pago em ação, surgindo então uma nova forma de organização do trabalho: o toyotismo.

O toyotismo é o modo de organizar a produção que emergiu como resultado das consequências da crise estrutural do capital. Ele se caracteriza por inserir na produção o processo de autonomação, de polivalência e de celularização.

Segundo Pinto (2013), a autonomação é "um processo pelo qual é acoplado às máquinas um mecanismo de parada automática em caso de detectar-se algum















defeito no transcorrer da fabricação" (Pinto, 2013, p. 62), permitindo assim que a máquina funcione autonomamente. A máquina é programada para funcionar sem um trabalhador a operá-la constantemente. Dessa evolução surge o trabalhador polivalente.

A polivalência representa a "desespecialização" (PINTO, 2013, p. 64). Um trabalhador fica responsável por observar em média cinco máquinas. Como já dizia Marx (1996), o trabalhador converte-se em apêndice da máquina. Com a polivalência diminui o capital variável investido em proveito do lucro e da acumulação de capital, o que já se achava previsto na Lei Geral da Acumulação Capitalista.

Por último, a celularização "consistiu em organizar os postos de trabalho em grandes conjuntos abertos" (PINTO, 2013, p. 66).

Esses três elementos – a autonomação, a polivalência e a celularização –, conforme Pinto (2013), introduziram no processo produtivo o sistema *Kamban*, que é um sistema de controle da produção que visa controlar a relação "empresa, clientes e fornecedores" (PINTO, 2013, p. 68), a partir de "um fluxo contínuo de informação e alimentação de produtos entre essas empresas" (PINTO, 2013, p. 68). O sistema Kamban é um processo produtivo reduzido à demanda, que se expressa na esfera da circulação.

Logo, o toyotismo flexibiliza a produção. Tal estratégia, em união com o Estado neoliberal, flexibiliza o trabalho sob duas perspectivas: da organização da produção e da redução dos direitos trabalhistas. A primeira se manifesta no desemprego estrutural e na desarticulação dos movimentos dos trabalhadores. A segunda, na precarização do trabalho.

### Conforme Mészáros (2009):

A contradição dinâmica subjacente que conduz a uma drástica reversão da tendência de modo algum é inerente à tecnologia empregada, mas à cega subordinação tanto do trabalho como da tecnologia aos devastadores e estreitos limites do capital como árbitro supremo do desenvolvimento e do controle social. (MÉSZÁROS, 2009, p. 68 – grifos do autor).













O problema central do desemprego não é a implementação da tecnologia no processo produtivo, mas a subsunção do trabalho ao capital, intensificada pela introdução e pelo avanço da tecnologia, a fim de proporcionar uma acumulação sempre em escala ampliada de capital.

De acordo com Mészáros (2009), a tendência ao "desemprego crônico é ignorada e completamente deturpada. É deturpada como se se devesse apenas ao desenvolvimento tecnológico e às descobertas científicas básicas e, portanto, como se fosse devida à 'aparência de leis naturais'" (MÉSZÁROS, 2009, p. 320). A relação de exploração inerente ao capitalismo, na qual o trabalhador é utilizado de acordo com as condições materiais de produção, propicia a valorização única e estritamente do capital.

Em razão de este sistema sociometabólico ser irremediável em decorrência das contradições intensificadas, a irracionalidade conservadora tenta justificar a problemática do desemprego estrutural sob a hipótese de que vivemos uma "explosão populacional", isto porque não há resposta humana e racional para a problemática do desemprego no interior desta sociabilidade.

Na percepção de Mészáros (2009), o problema do desemprego na atualidade tornou-se crônico, ameaça até mesmo os trabalhadores de alto escalão e reduz os empregos públicos, que

estão limitados pelo nível de instabilidade tolerável que acompanha as pressões econômicas e políticas criadas pelo processo inevitável de ajustamento estrutural do capital que se desenrola perigosamente diante de nossos olhos [...], ameaçando com implosão do sistema, não a periferia, mas a região mais avançada. (MÉSZÁROS, 2009, p. 330).

A dinâmica do capital para deslocar suas contradições por meios irracionais, como, por exemplo, nas guerras mundiais, no momento de crise estrutural mostrase inviável, pois não há para onde deslocar as contradições inerentes deste sistema, visto que todas as esferas e países estão submersos na crise.

No entender de Mészáros (2009):

Não é apenas a impossibilidade do uso continuado da válvula de segurança das colisões militares totais, dada a ameaça que representam para a própria sobrevivência da humanidade. É igualmente importante ter em

PROMOÇÃO













REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

EM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA E CLASSE DE LUKÁCS

mente o fato de que as duas guerras globais do século XX, apesar de seu imenso impacto destrutivo, não conseguiram oferecer espaço vital econômica tranquila baseada necessário para a expansão desenvolvimento pacífico. (MÉSZÁROS, 2009, p. 333).

Portanto, o desemprego que já foi elemento necessário ao processo de valorização de capital e ao controle do processo produtivo, na atualidade, revela-se como um limite absoluto para o sistema metabólico do capital. Mészáros (2009) afirma que "o desemprego em massa começa a lançar uma sombra realmente ameaçadora, não somente sobre a vida socioeconômica de um ou outro país, mas sobre todo o sistema do capital" (MÉSZÁROS, 2009, p. 333).

## **5 CONCLUSÃO**

A formação social capitalista tem como determinante social a formação de uma classe desprovida dos bens de produção. Essa forma a classe proletária, que se tornou alavanca da acumulação capitalista. A Lei Geral da Acumulação Capitalista, encontrada em Marx (1996), está fundada na exploração do trabalho humano vivo.

A história do capital revela que o trabalho humano é subjugado às condições de trabalho com o objetivo da acumulação em larga escala. O aumento da produtividade gera em um polo o aumento da produção de mais-valia, por meio da exploração do trabalhador no processo produtivo, e em outro polo, a manifestação do desemprego, que intensifica o pauperismo da classe trabalhadora e aumenta o controle do capital sobre essa classe. Por conseguinte, o fenômeno do desemprego tem raiz material na Lei Geral da Acumulação Capitalista.

Na atualidade, com a crise estrutural, os limites absolutos são ativados e o fenômeno do desemprego se torna crônico, diferenciando-se do desemprego já registrado na história, porque alcança também os países mais avançados e os trabalhadores de "colarinho branco".











Ademais, não é mais viável sua utilização para a valorização do capital e o controle da classe trabalhadora, pois todo o sistema do capital está em crise em seus elementos essenciais. Portanto, o desemprego crônico manifesta-se na atualidade como um fenômeno assombroso tanto para o próprio modo de produção capitalista quanto para a humanidade no interior desta sociabilidade. Daí resulta a impossibilidade de solucioná-lo nos limites da sociabilidade capitalista.

### **REFERÊNCIAS**

BRAZ, Marcelo & Netto. **Economia Política**: uma introdução crítica / José Paulo Netto e Marcelo Braz. São Paulo, Cortez, 5. ed., 2009.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. Tradução: Waltensir Dutra, atualização e revisão técnica Márcia Guerra – 22. ed. Rio de Janeiro, 2010.

MARX, Karl. Capítulo XXIV - A assim Chamada Acumulação Primitiva. In: **O capital**. Livro Primeiro, Tomo 2. Trad. Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo, Nova Cultural, 1996.

Livro Primeiro, Tomo 2. Trad. Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo, Nova

. Capítulo XXIII – A Lei Geral da Acumulação Capitalista. In: O capital.

Cultural, 1996.
Capítulo XVI – Diferentes Fórmulas para a Taxa de Mais-Valia. In: (capital. Livro Primeiro, Tomo 2. Trad. Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo Nova Cultural, 1996.
Capítulo XVIII – Maquinaria e Grande Indústria. In: <b>O capital</b> . Livr Primeiro, Tomo 2. Trad. Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo, Nova Cultura 1996.

MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. In *Outubro* nº 4, São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. **A Crise Estrutural do Capital**. Trad. Francisco Raul. – São Paulo: Editora da Unicamp/Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. 3. ed. São Paulo: Editora da Unicamp/Boitempo, julho de 2009.







APOIO







PINTO, G. Augusto. **A Organização do Trabalho no Século XX**: taylorismo, fordismo e toyotismo. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2013.









